

## REFLEXÕES ACERCA DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NAS TURMAS DE EJA DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

Nádson Ricardo Leite de Souza<sup>1</sup>; Nádja Risocely Leite de Souza<sup>2</sup>; Vanessa Vasconcelos da Silva<sup>3</sup>; Jessica Quirino Costa<sup>4</sup>; Josandra Araújo Barreto de Melo<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Paraíba, [nad\\_ric@hotmail.com](mailto:nad_ric@hotmail.com)

<sup>2</sup> Faculdades Integradas de Patos, [nadjarisocely@gmail.com](mailto:nadjarisocely@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Estadual da Paraíba, [vanessavsvasconcelos@hotmail.com](mailto:vanessavsvasconcelos@hotmail.com)

<sup>4</sup> Faculdades Integradas de Patos, [jessica\\_quirino15@hotmail.com](mailto:jessica_quirino15@hotmail.com)

<sup>5</sup> Universidade Estadual da Paraíba, [ajosandra@yahoo.com.br](mailto:ajosandra@yahoo.com.br)

### INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva tem sido incentivada no contexto educativo mundial, especialmente como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (NEE), realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha, onde participaram dezenas de governos e organizações internacionais, na qual formaram um plano de ação no qual defenderam que as escolas devem acolher a todos, independentemente das condições físicas, sociais, etárias, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras (UNESCO, 1994).

No Brasil, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96), que propõe uma educação gratuita e de qualidade para todos, a Educação Inclusiva é defendida como uma política educacional, na qual se determina que pessoas com necessidades especiais devem ser incluídas preferencialmente em salas de aula de ensino regular, reafirmando-se, assim, os princípios da inclusão (BRASIL, 1996).

Pensando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma estratégia para assegurar o direito universal à educação, a inserção de pessoas que por algum motivo não ingressaram na Educação Básica na idade que compreende a escolaridade universal obrigatória, a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, apoiada na LDBEN nº 9394/97, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, podendo esta modalidade de ensino ser inserida no contexto da Educação Inclusiva.

A resolução visa proporcionar à modalidade da EJA um patamar igualitário de formação e reestabelecimento da igualdade de direitos e oportunidades face ao direito à educação, todavia, na prática, tal modalidade é frequentemente pré-julgada como inferior ao ensino regular. Soma-se este cenário da EJA à inserção de estudantes com NEE e tem-se situações de maior complexidade, que frequentemente não são tratadas da maneira mais adequada, muitas vezes pelo fato de tanto o professor quanto o alunado se autoconsiderarem incapazes de alcançar resultados positivos.

O presente trabalho foi realizado em uma escola pública estadual situada na área urbana de um município de pequeno porte do Sertão do Estado de Pernambuco, com distância superior a 400 km da capital, Recife, e com uma população de aproximadamente 35 mil habitantes (IBGE/2017).

A pesquisa aqui apresentada, em fase inicial, propõe analisar a funcionalidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da Educação de Jovens e Adultos a partir da perspectiva do estudo de caso, realizado na instituição por esta possuir relevante porcentagem de estudantes com Necessidades Educativas Especiais inseridos tanto na modalidade de ensino regular quanto na modalidade EJA, onde se busca entender, por meio da conjuntura da referida escola, quais as ações possíveis de serem executadas pela

comunidade escolar, tanto nas metodologias adotadas no processo de ensino quanto na estrutura física da escola, a fim de solucionar ou ao menos minimizar os problemas identificados, desconstruindo visões negativas a respeito das práticas de inclusão.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente buscou-se explorar e conhecer a realidade escolar da instituição e suas especificidades por meio de visitas, onde foram realizadas observações cotidianas, coletados dados e informações junto aos professores atuantes em turmas de Educação de Jovens e Adultos e a outros profissionais direcionados ao Atendimento Educacional Especializado, como instrutores e intérpretes, sobre as metodologias e desafios do atendimento de alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Por meio da pesquisa exploratória, este estudo pôde ser dotado de conhecimentos mais específicos acerca da problemática que propôs analisar. Tal método provoca hipóteses mais assertivas, sendo capazes de desencadear estudos mais eficazes, ao mesmo tempo em que amplia a visão geral do assunto e aproximando-o da situação local, como explicado por Gil (2008).

Para a análise e busca de informações relevantes que condissessem com a realidade escolar no sentido de entender o AEE nas turmas de EJA, foram observados aspectos tomando por base as reflexões de Campos & Duarte (2011) e Veiga (2014), que também pesquisam meios de aperfeiçoamento da inclusão de alunos com necessidades especiais.

Para avaliar a acessibilidade física do prédio da escola, utilizou-se a metodologia adotada por Ribeiro (2012), onde é sugerida a atribuição dos conceitos quantitativos, aplicando-se as pontuações 0, 0,5 ou 1 sobre a concepção geral da estrutura física do ambiente em questão, quantitativos que correspondem, respectivamente, aos conceitos de estrutura *inadequada*, *parcialmente adequada* ou *adequada*, esta última quando for o caso de o prédio atender à totalidade das exigências de acessibilidade física consideradas fundamentais para o acolhimento de pessoas com NEE para Atendimento Educacional Especializado, promovendo a inclusão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A modalidade de EJA na instituição analisada funciona no horário noturno, e cada módulo oferecido corresponde a uma série do ensino regular, condensada em um semestre letivo. No período em que se realizou esta pesquisa haviam 400 estudantes matriculados na instituição, sendo 132 na modalidade de EJA, divididos em quatro turmas. Deste total, foi informado pela direção da escola que onze alunos possuem Necessidades Educativas Especiais, comprovadas através de diagnóstico médico. Alguns dos alunos diagnosticados com NEE residem na zona rural do município e em municípios menores da circunvizinhança. Foi informado pela gestão da escola que há um automóvel disponível para transportar alunos com NEE de suas residências até a escola quando este serviço se faz necessário.

Os estudantes diagnosticados com NEE matriculados na EJA estão numa faixa etária entre 17 e 45 anos, e apesar de se encontrarem em condições de serem matriculados em turmas de EJA, devido à idade e a série que cursam, alguns participam das atividades escolares de forma separada dos demais da EJA, na Sala de Recursos Multifuncionais, visto que ainda encontram-se em processo de alfabetização.

Os professores da modalidade de EJA, quando questionados a respeito do número de alunos com NEE, afirmaram há também alguns casos de estudantes não diagnosticados com

NEE, mas que apresentam déficit no acompanhamento das aulas e no desenvolvimento de atividades em sala em relação aos demais, embora eles mesmos aleguem não possuir Necessidades Educativas Especiais. A maioria dos estudantes da modalidade EJA já está inserida no mercado de trabalho, independente de necessitarem de AEE na escola. Esta situação também se configura como agravante no desenvolvimento escolar dos mesmos, segundo a opinião dos professores. Campos & Duarte (2011) afirmam a necessidade de se pensar mais profundamente na questão da alfabetização de estudantes com NEE, uma vez que, na maioria dos casos, tanto os educadores quanto os educandos acabam não obtendo o sucesso almejado no âmbito escolar em consequência da prática docente inadequada na esfera da educação inclusiva, como resultado despreparo profissional nesta área, resultada da escassez ou ineficiência de pesquisas no país.

A Sala de Recursos Multifuncionais existente na escola destinada ao Atendimento Educacional Especializado é equipada com diversos aparatos para auxílio da inclusão de estudantes com NEE, como impressora Braille, regletes, cadeiras de rodas, jogos e brinquedos educativos e diversos outros recursos multifuncionais, como notebooks destinados ao AEE, providos de *softwares* específicos, fones de ouvido, entre outros. Acerca destas salas, Campos & Duarte (2011, p. 275) destacam, com base nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na Educação Básica que apesar de as salas de recursos já existirem anteriormente com a finalidade da realização do trabalho da Educação Especial em diversas redes no país, a versão que se denomina agora multifuncional condiciona novas formas de acessibilidade à educação por meio das tecnologias.

Tratando da importância das práticas políticas, institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino nas práticas educacionais especiais, Veiga (2014) reafirma essencialidade do papel do gestor na mediação de mecanismos de promoção da educação inclusiva, de procedimentos didáticos e organização da escola para se alcançar a qualidade de ensino e os resultados esperados. A autora afirma ainda que no ensino

cabe ao professor estar aberto às infinitas possibilidades de mudanças, assegurando e promovendo uma educação de qualidade para todos, além de trabalhar para formar alunos mais críticos, autônomos e criativos, que defendam uma educação mais humanitária, enriquecedora, motivadora e inclusiva. (VEIGA, 2014, p. 25-26)

Assim, pode-se afirmar que a construção da educação inclusiva necessita de constantes adaptações curriculares, e por se tratar de um processo complexo e gradual, demanda auxílio entre o aluno, sua família e a escola. A EJA, enquanto educação especial, por si só já apresenta seu grau de complexidade na sociedade, e este é aumentado quando surge a necessidade de um Atendimento Educacional Especializado. Nóvoa (1995) *apud* Veiga (2014) acrescenta que “o processo de inclusão em educação requer uma refinada capacidade dos educadores de pensar, agir e sentir os “problemas” que surgem na prática pedagógica”.

Sobre a estrutura física do ambiente escolar, foi resultado na conclusão de que o prédio encontra-se parcialmente adequado para o atendimento ideal de pessoas com necessidades especiais, tendo em vista que foram valoradas características como existência de rampas de acesso, pisos táteis, banheiros equipados, largura ideal de corredores e portas, sinalização de ambientes e acessibilidade ao mobiliário interno, obtendo-se a média quantificada entre 0,5 e 1.

## CONCLUSÃO

A partir desta pesquisa, ainda que esteja em fase inicial e seja de caráter exploratório,

pôde-se constatar que apesar de se tratar de uma instituição que já oferece certo suporte ao atendimento de estudantes com Necessidades Educativas Especiais e seja referência no município em que se encontra, a estrutura tanto física quanto pedagógica ainda necessita de muitas melhorias, estando aquém do previsto em lei para a realização do desenvolvimento humano, social e econômico.

Pôde-se perceber que alguns dos estudantes da modalidade de EJA eram trabalhadores e não frequentavam o AEE na Sala de Recursos Multifuncionais por motivos diversos, mesmo os professores concordando que o desenvolvimento e a execução de trabalhos inovadores com estes alunos poderiam trazer melhorias ao desenvolvimento em sala de aula, com isso cabe reforçar a importância do diagnóstico médico para a promoção da prática pedagógica mais adequada a cada caso.

Tornou-se ainda mais notória a necessidade de realização de novos e mais eficazes estudos que contemplem ações necessárias à parceria entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial nas escolas de educação básica, buscando ampliar a inserção de tais estudantes de forma ativa na sociedade.

Apesar do apoio legislativo à existência e à execução de atividades alternativas em prol da inclusão, a estrutura de ensino ainda encontra-se aquém do desejado, muitas das vezes em virtude da quantidade reduzida de promoção de pesquisas voltadas ao assunto e também do incentivo à preparação docente. Faz-se primordial a provocação de discussões mais aprofundadas e específicas que possibilitem um caminho mais eficaz rumo educação para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9393/96. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. Senado Federal. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Brasília-DF, jul 2000.

CAMPOS, J. A. de Paula Perez; DUARTE, Márcia. **O aluno com deficiência na EJA: reflexões sobre o atendimento educacional especializado a partir do relato de uma professora da educação especial**. Revista Educação Especial, v. 24, n. 40, p. 271-284, Santa Maria-RS, UFSM: 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, A. J. P.; LUDWIG, D. C.; SAMPAIO, T. V. **Diagnóstico das condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais nas escolas municipais, estaduais e particulares no município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina**. Revista Digital Educación Física y Deportes. Ano 17, n. 167. Buenos Aires, Argentina, 2012.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 7-10 Junho de 1994.

VEIGA, L. C. L. **O papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais**. Monografia (Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica) – UNB. Brasília, 2014.